17 Maio 2014

2014 VERSÃO A



PARTE II - Duração: 2 horas

Leia com atenção as seguintes instruções:

- Na folha de respostas escreva o seu nome, o número de membro estagiário e a versão da prova de exame (A, B ou C). A não indicação de qualquer um destes elementos implica a anulação da prova.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores. Por cada resposta errada serão descontados 0,1 valores. Não será penalizada a ausência de resposta.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um "X" a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão. Se assinalar mais do que uma alínea de resposta para a mesma questão, essa questão será considerada como não respondida.

Se, por lapso, assinalar uma resposta e posteriormente quiser corrigi-la, deverá riscar a resposta dada inicialmente e escrever a outra que considera correta. No verso da Folha de Respostas, deverá ainda identificar de modo claro a questão corrigida e a resposta que definitivamente quer considerar correta.

COMPROVATIVO DE ENTREGA				
Nome:				
Doc. Identificação:				
B. I:	Cartão Cidadão:	_ Passaporte:		
N.º Membro Estagiário/	Processo:			
O Júri:				

17 Maio 2014

VERSÃO A



Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

A Sociedade Minúscula, Lda. tem tido um volume de rendimentos inferior a €100.000 nos anos mais recentes, incluindo o de 2013. No princípio de 2014, apresentou declaração de alterações, exercendo a opção pelo regime simplificado de tributação criado através da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro.

- a) Face aos rendimentos declarados, não necessitava de exercer a opção pelo regime simplificado, pois cairia automaticamente nesse regime.
- b) Apesar de ter exercido essa opção, pode acabar por ser tributada pelo regime geral em 2014, se os rendimentos que vier a apurar neste ano ultrapassarem €200.000.
- c) Se em 2014 os seus rendimentos vierem a ultrapassar €200.000, será tributada nesse ano pelas regras do regime simplificado, passando para o regime geral apenas em 2015.
- d) Se em 2014 os seus rendimentos vierem a ultrapassar €200.000, continuará a ser tributada pelas regras do regime simplificado até 2016, pois é obrigatória a permanência neste regime durante três anos.

Questão 27.:

A Dra. Ana Rosa inscreveu-se recentemente como técnica oficial de contas na respetiva Ordem. Tendo em vista o exercício dessa atividade profissional, obteve a colaboração de vários familiares (três irmãos e três primos), nenhum deles técnico oficial de contas, que com ela constituíram uma sociedade por quotas com o capital de €35.000 (€5.000 de cada sócio), tendo como único objeto precisamente o exercício da referida atividade.

A sociedade em questão, no pressuposto de que exerça exclusivamente essa atividade e supondo a manutenção da estrutura societária inicial:

- a) Fica obrigatoriamente enquadrada pelo regime de transparência fiscal.
- b) Não fica enquadrada pelo regime de transparência fiscal.
- c) Só ficará enquadrada no regime de transparência fiscal no caso de opção expressa da sociedade por esse regime.
- d) Só ficará enquadrada no regime de transparência fiscal se os seus rendimentos ultrapassarem €200.000.

17 Maio 2014

VERSÃO A



Questão 28.:

Uma sociedade enquadrada no regime simplificado:

- a) Está sujeita a derrama estadual.
- b) Pode reportar os seus prejuízos fiscais a lucros que possa vir a obter nos 12 anos seguintes.
- c) Não está sujeita a tributações autónomas.
- d) Não está sujeita a algumas das tributações autónomas previstas no Código do IRC.

Questão 29.:

A venda por parte de uma pessoa singular de uma casa que tinha herdado de um tio em 2002:

- a) Constitui rendimento da categoria G.
- b) Só constitui rendimento da categoria G se a casa se destinar a habitação própria e permanente.
- c) Constitui um ato isolado, enquadrado na categoria B.
- d) Não é tributada em IRS, por estar sujeita a imposto do selo.

Questão 30.:

Enquadra-se na categoria F do IRS o rendimento derivado de:

- a) Sublocação de um apartamento.
- b) Cessão da posição contratual em contrato de compra e venda de um imóvel.
- c) Cessão da posição contratual em contrato de arrendamento de um imóvel.
- d) Nenhum dos anteriores.

Questão 31.:

No cálculo da mais-valia apurada na venda de um imóvel herdado por uma dada pessoa singular, considera-se valor de aquisição:

- a) Zero.
- b) O valor declarado na relação de bens, se for superior ao valor patrimonial tributário.
- c) O valor patrimonial tributário do imóvel determinado nos termos do Código do IMI com referência à data do óbito.
- d) O valor patrimonial tributário do imóvel dois anos antes da data do óbito.

17 Maio 2014

VERSÃO A



Questão 32.:

A Sociedade Alfa, Lda. adquiriu à Soveiculos, S.A. uma viatura pesada de mercadorias por €100.000 (sem considerar o IVA).

Na troca, entregou uma viatura ligeira de passageiros que adquirira dois anos antes por €30.000 (IVA incluído e não dedutível), a que foi atribuído o valor de €18.000.

Para formalização deste negócio:

- a) A Soveiculos, S.A. deverá fazer uma fatura com liquidação de IVA sobre €82.000.
- b) A Soveiculos, S.A. deverá fazer uma fatura com liquidação de IVA sobre €100.000 e a Sociedade Alfa, Lda. deverá fazer uma fatura sem liquidação de IVA.
- c) A Soveiculos, S.A. deverá fazer uma fatura com liquidação de IVA sobre €100.000 e a Sociedade Alfa, Lda. deverá fazer uma fatura com liquidação de IVA sobre €18.000.
- d) A Sociedade Alfa, Lda. deverá regularizar a favor do Estado parte do IVA que incidiu sobre a compra da viatura ligeira de passageiros que deu em troca à Soveiculos, S.A..

(A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro) 17 Maio 2014

VERSÃO A



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 33.:

Os subprodutos obtidos numa produção conjunta podem ser mensurados pelo critério do lucro nulo ou do custo nulo. No primeiro critério e no caso de haver gastos específicos de transporte para calcular o custo dos produtos principais:

- a) Não se deve entrar em linha de conta com o custo do transporte.
- b) O custo do transporte só deve ser considerado na demonstração dos resultados.
- c) Deve-se deduzir o custo do transporte ao valor de venda no mercado do subproduto e só depois deduzir ao custo da produção conjunta.
- d) Todas as anteriores são falsas.

Questão 34.:

A Melofabril, SA, executa encomendas de clientes mediante orçamento previamente aprovado por estes. No cálculo do custo de produção de cada encomenda a empresa imputa os gastos gerais de fabricação com base no custo direto ou primo mediante uma quota teórica de €0,75 por cada €1 de custo primo. No caso da encomenda 2014/23 K foram requisitados ao armazém para a mencionada encomenda 665 metros de perfil cujo custo unitário foi de €16/metro e foram utilizadas 220 horas de operários cujo custo médio unitário foi de €22. Sabendo que foram devolvidos ao armazém 15 metros de perfil daquela encomenda e que os gastos gerais de fabrico do mês somaram €12.430, o custo de produção da referida encomenda somou:

- a) €26.580.
- b) €26.760.
- c) €26.860.
- d) €26.670.

17 Maio 2014

VERSÃO A



Questão 35.:

A Sociedade de Produtos Químicos, SA, tem capacidade para produzir 450.000 unidades e produziu no período N 300.000 unidades do produto Alfa que consumiram de matérias-primas ou diretas €2.475.000 e de gastos de conversão no montante de €4.350.000 (50% de natureza variável). A empresa vende o produto Alfa ao preço médio de 33€/unidade e tem gastos não fabris variáveis de €2,5/unidade. Sabendo que a empresa teve de gastos não fabris de natureza fixa de €2.390.700, a quantidade que a empresa tem de produzir e vender para ter um resultado antes de IRC de 5% do montante das vendas é de:

- a) 324 mil unidades.
- b) 342 mil unidades.
- c) 354 mil unidades.
- d) 334 mil unidades.

Questão 36.:

A Empresa Moviarte, Lda, utiliza as secções de Máquinas I e Máquinas II para executar as Ordens de Fabrico e as secções de apoio X e Y para apoiar as secções da fábrica. Em certo período a secção X teve de gastos diretos €14.025 e trabalhou 450 horas das quais 45 foram aplicadas na secção Y. A secção Y teve de gastos diretos €30.610 e trabalhou 1.000 horas das quais 150 foram aplicadas pela secção X. O custos unitários de cada hora de X e Y foram respetivamente:

- a) €42 e €32.
- b) €40 e €32.
- c) €42 e €32,5.
- d) €40 e €32,5.

Questão 37.:

Uma empresa de transportes aéreos de passageiros segue o custeio variável no cálculos dos custos de produção dos serviços pelo que:

- a) O cálculo das margens dos serviços prestados está muito dificultado.
- b) As diferenças encontradas entre os gastos do período e os gastos imputados não são objeto de tratamento por parte da contabilidade analítica por serem sempre irrelevantes.
- c) No final de cada período contabilístico a contabilidade analítica calcula a diferença entre os gastos de conversão de natureza fixa do período e os gastos imputados aos custos dos serviços prestados.
- d) Nenhuma das anteriores.

Exame de Avaliação Profissional

(A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)

17 Maio 2014

VERSÃO A



Questão 38.:

A Empresa Fabril de Almada fabrica o produto Gama cuja ficha de custos padrão contém os seguintes dados por unidade:

- Matéria-prima X: 3,5 kg a €18 cada;
- Mão-de-obra direta: 0,6 horas a €25 cada;
- Gastos gerais de fabrico: €14/unidade produzida.

No período N foram produzidas e acabadas 5.000 unidades de Gama e a contabilidade apurou os seguintes dados relativos à produção:

- Matéria-prima X: 17.650 kgs. a €18,2 cada;
- Mão-de-obra direta: 1.480 horas que custaram €74.240;
- Gastos gerais de fabrico do período: €71.200.

O desvio total de produção de X no período foi de:

- a) €1.760.
- b) €6.670.
- c) €1.260.
- d) €1.460.

(A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)

17 Maio 2014

VERSÃO A



QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 39 A 45, A SEGUIR APRESENTADAS,

DEVERÁ SER EFETUADA COM BASE NO SNC

Questão 39.:

Em 31/10/N, a sociedade FALADA, S. A. alienou 3.000 ações próprias de valor nominal de €10 por €33.000. As mesmas haviam sido adquiridas em 31/3/N, data em que foram adquiridas 6.000 ações por €72.000, tendo sido indisponibilizada, nos termos legais, a correspondente reserva do mesmo montante.

A operação implicará, à data da alienação, os seguintes registos contabilísticos:

- a) (1) Débito da conta 12 por €33.000, por contrapartida das contas 521 e 522, que serão creditadas por €30.000 e €3.000 respetivamente;
 - (2) crédito da conta 552 Outras reservas por contrapartida da conta 551x Reservas legais indisponiveis que será debitada por €36.000;
 - (3) crédito da conta 522 por contrapartida da conta 599 Outras variações no capital próprio que será debitada por €3.000.
- b) (1) Débito da conta 12 por €33.000, por contrapartida das contas 521 e 54, que serão creditadas por €30.000 e €3.000 respetivamente.
 - (2) crédito da conta 552 Outras reservas por contrapartida da conta 551x Reservas legais indisponiveis que será debitada por €36.000;
 - (3) crédito da conta 522 por contrapartida da conta 599 Outras variações no capital próprio que será debitada por €3.000.
- c) (1) Débito da conta 12 por €33.000, por contrapartida das contas 521 e 54, que serão creditadas por €30.000 e €3.000 respetivamente;
 - (2) crédito da conta 552 Outras reservas por contrapartida da conta 551x Reservas legais indisponiveis que será debitada por €33.000;
 - (3) crédito da conta 522 por contrapartida da conta 599 Outras variações no capital próprio que será debitada por €3.000.
- d) 1) Débito da conta 12 por €33.000, por contrapartida das contas 521 e 522, que serão creditadas por €30.000 e €3.000 respetivamente;
 - (2) crédito da conta 552 Outras reservas por contrapartida da conta 551x Reservas legais indisponiveis que será debitada por €33.000;
 - (3) crédito da conta 522 por contrapartida da conta 599 Outras variações no capital próprio que será debitada por €3.000.

Exame de Avaliação Profissional

(A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)

17 Maio 2014

VERSÃO A



Questão 40.:

Relativamente ao mês de dezembro do ano N, a sociedade SMARTPP, Lda. tinha disponível a seguinte informação:

Cheques emitidos e em trânsito em 31/12/N	€15.725
Depósitos efetuados no cofre noturno em 31/12/N	€1.200
Devolução de cheque sem cobertura com o extrato bancário	€450
Juros de Depósitos à ordem creditados pelo Banco	€50

Sabendo que, à data de 31 de dezembro de N, o montante do saldo bancário da conta de Depósitos à ordem era de €45.587 o montante do saldo contabilístico da conta de depósitos à ordem nessa data, era:

- a) €59.712.
- b) €30.662.
- c) €31.462.
- d) €31.562.

Questão 41.:

A sociedade AKIOBRA, cujo objeto é a construção civil, formalizou um contrato de empreitada pelo preço de 6.000 milhares de euros. Tendo arrancado as obras no ano N e conhecida a informação que se segue:

(valores em milhares de euros)

(
	N	N+1	N+2		
Gastos acumulados até à data	1.500	4.050	5.450		
Gastos estimados para a conclusão	3.500	1.350			
Faturação acumulada	1.100	4.250	6.000		
Recebimentos acumulados	1.000	4.000	6.000		

Qual o resultado bruto a reconhecer pela sociedade AKIOBRA no ano N+1, utilizando o método da percentagem do acabamento:

- a) 450 mil euros.
- b) 150 mil euros.
- c) 300 mil euros.
- d) 550 mil euros.

17 Maio 2014

VERSÃO A



Questão 42.:

Do inventário de mercadorias da sociedade C, à data de 31/12/N, constam os seguintes itens:

- Mercadorias enviadas à consignação, valorizadas ao preço de	610 400	
venda que inclui uma margem de 30% sobre o preço de custo	€10.400	
- Mercadorias em trânsito	€15.000	
- Mercadorias recebidas do Fornecedor A em regime de	€6.000	
consignação	€0.000	

O inventário da sociedade C, em 31/12/N, está sobrevalorizado em:

- a) €31.400.
- b) €16.400.
- c) €23.000.
- d) €8.400.

Questão 43.:

A sociedade E adquiriu, em janeiro do ano N, uma marca de renome tendo, para o efeito, incorrido nos dispêndios seguintes:

- Fatura relativa à compra da referida marca: €200.000;
- Registo da marca em Portugal: €6.000;
- Honorários pagos aos dois advogados (português e do país de origem) cada mandatário auferiu €20.000 pela concretização do negócio;
- Custos administrativos e outros custos gerais suportados: €4.000.

A sociedade registou também a marca BETA, com que vai trabalhar ativamente para efeitos de exportação a partir do ano N. Esta foi o resultado do trabalho do departamento de marketing no decurso de N-3 a N-1. A totalidade dos custos com a criação da referida marca ascendeu a €150.000, repartidos igualmente ao longo do período e reconhecidos como gastos de cada um desses períodos.

Indicar qual dos valores seguintes deve ser reconhecido pela sociedade E em ativos intangíveis:

- a) €400.000.
- b) €246.000.
- c) €350.000.
- d) €396.000.

Exame de Avaliação Profissional

(A que se refere alínea g) do nº 1 do artº 15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)

17 Maio 2014

VERSÃO A



Questão 44.:

Dos documentos de prestação de contas da empresa A, referentes ao ano N, retirou-se a informação seguinte:

- Vendas – Mercadorias	€700.000
- Compras – Mercadorias	€420.000
- Perdas por imparidade do período	€80.000
- Redução dos inventários de mercadorias	€50.000
- Aumento das dívidas a fornecedores	€60.000
- Depreciações do período	€90.000
- Aumento das dívidas de clientes	€50.000

O fluxo das atividades operacionais da empresa A, nesse ano, foi:

- a) €280.000.
- b) €240.000.
- c) €220.000.
- d) €290.000.

Questão 45.:

Em 2013, uma empresa efetuou investimentos enquadráveis no âmbito do CFEI (Crédito fiscal extraordinário ao investimento), aprovado pela Lei nº 49/2013, de 16 de junho:

- Valor do investimento relevante efetuado: €2.500.000;
- CFEI apurado: 20% x 2.500.000 € = €500.000;
- Coleta em 2013: €150.000;
- 70% da coleta: €105.000;
- Valor a deduzir à coleta até 2017: €395.000.

Os registos contabilísticos associados a esta operação foram:

- a) Débito da conta 2741 Ativos por impostos diferidos, por contrapartida da conta 8122 Imposto s/ rendimento Imposto diferido, por €395.000.
- b) Débito da conta 2741 Ativos por impostos diferidos, por contrapartida da conta 8122
 Imposto s/ rendimento Imposto diferido, por €500.000.
- c) Débito da conta 8122 Imposto s/ rendimento Imposto diferido, por contrapartida da conta 2742 Passivos por impostos diferidos, por €395.000.
- d) Débito da conta 8122 Imposto s/ rendimento Imposto diferido, por contrapartida da conta 2742 Passivos por impostos diferidos, por €500.000.

(A que se refere alínea g) do nº 1 do artº15º do Decreto Lei nº 310/2009 de 26 de Outubro)

17 Maio 2014

VERSÃO A



QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 46.:

Os limites de pontuação podem ser ultrapassados e mantidos:

- a) Se ao TOC não tiver sido aplicada qualquer pena disciplinar.
- b) Se o excesso de pontos resultar exclusivamente do aumento do volume de negócios das entidades a quem o TOC já prestava serviços no período anterior.
- c) Desde que o TOC contrate um ou mais colaboradores para o apoiarem.
- d) Não é admissível a derrogação de pontuação.

Questão 47.:

No cumprimento das suas funções, os TOC gozam de atendimento preferencial:

- a) Nas conservatórias e notários.
- b) Nos serviços da segurança social.
- c) Nos serviços da autoridade tributária e aduaneira.
- d) Todos os anteriores.

Questão 48.:

Convidado para participar, como consultor de um dos sócios, na assembleia geral de uma sociedade, o TOC António Sousa indignou-se com o TOC da empresa e, pedindo a palavra, disse: "Asseguro-vos que as contas da empresa estão erradas. O TOC ainda vive nos tempos do POC...". Esta intervenção:

- a) Está devidamente justificada pela defesa da verdade como princípio fundamental da profissão.
- b) Viola o dever de lealdade entre técnicos oficiais de contas.
- c) Não foi feita por um TOC no exercício da sua atividade, pelo que não está abrangida pelas normas do Estatuto da Ordem e Código Deontológico.
- d) Viola os princípios da integridade e idoneidade.

Questão 49.:

Os membros que requeiram a suspensão da inscrição, devem:

- a) Continuar a pagar a respetiva quota, reduzida a metade.
- b) Requerer obrigatoriamente a reinscrição passados dois anos, sob pena de caducidade da inscrição.
- c) Submeter-se a exame, sempre que a suspensão se prolongue por mais de cinco anos.
- d) Mantêm todos os direitos e deveres que os demais técnicos oficiais de contas.

Questão 50.:

Os contratos de trabalho celebrados pelos técnicos oficiais de contas:

- a) Devem ter a duração mínima de um ano.
- b) Não podem ser rescindidos quando falte menos de três meses para o final do período fiscal.
- c) Devem salvaguardar a autonomia técnica do TOC.
- d) Todas as anteriores.